

# Celso Furtado nos arquivos oficiais americanos

Anticomunismo, vigilância e o Nordeste

Celso Furtado in official American archives: anticommunism, surveillance and the Northeast /  
Celso Furtado en los archivos oficiales americanos: anticomunismo, vigilancia y Nordeste

---

**Gustavo Louis Henrique Pinto**  
Doutor em Ciência Política pela  
Universidade Federal de São Carlos  
(UFSCar). Professor do Instituto Federal  
de Educação, Ciência e Tecnologia de  
Goiás (IFG), Brasil.  
gulhpinto@gmail.com

**Alexandre Macchione Saes**  
Doutor em História Econômica pela  
Universidade Estadual de Campinas  
(Unicamp). Professor do Departamento  
de Economia e do Programa de Pós-  
Graduação em História Econômica da  
Universidade de São Paulo (USP), Brasil.  
alexandre.saes@usp.br

---

## RESUMO

A presença de Celso Furtado nos documentos oficiais americanos desclassificados é o objeto deste trabalho. As evidências surgem desde 1961, nas relações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Aliança para o Progresso, e culminam com o golpe de 1964. Ao reconstituir essa trajetória de Furtado, é possível lançar luz sobre a posição americana em torno do anticomunismo no Nordeste, da vigilância sobre Furtado e a Sudene e do reformismo nos antecedentes do golpe militar.

*Palavras-chave:* Celso Furtado; Estados Unidos; Sudene; Aliança para o Progresso; comunismo.

## ABSTRACT

The presence of Celso Furtado in declassified official American documents is the object of this work. The evidence dates to 1961, in the Sudene and Alliance for Progress relations, and culminates with the 1964 coup. By reconstructing Furtado's trajectory, it is possible to shed light on the American position regarding anti-communism in the Northeast, surveillance over Furtado and Sudene and reformism in the antecedents of the military coup.

*Keywords:* Celso Furtado; U.S.; Sudene; Alliance for Progress; communism.

## RESUMEN

La presencia de Celso Furtado en documentos oficiales americanos desclasificados es objeto de este trabajo. Las evidencias se remontan a 1961, en las relaciones Sudene y Alianza para el Progreso, y culminan con el golpe de 1964. Al reconstruir la trayectoria de Furtado, es posible arrojar luz sobre la posición estadounidense respecto del anticomunismo en el Nordeste, la vigilancia sobre Furtado y Sudene y el reformismo en los antecedentes del golpe militar.

*Palabras clave:* Celso Furtado; Estados Unidos; Sudene; Alianza para el Progreso; comunismo.

## Introdução

As primeiras evidências de registros sobre Celso Furtado nos arquivos oficiais americanos (digitalizados e de acesso público) datam do ano de 1961, e estão relacionadas com o interesse do governo americano em realizar sua política internacional no Nordeste brasileiro, por meio do programa Aliança para o Progresso.<sup>1</sup> O Nordeste se tornou uma região de interesse dos Estados Unidos durante o governo Kennedy, como uma das prioridades da atuação da Aliança. A ajuda internacional para a América Latina tinha o objetivo geopolítico de conter a ameaça comunista, e o Nordeste era identificado pelos americanos como uma região com condições propícias ao avanço da esquerda e dos comunistas. As condições de pobreza da sociedade, os deslocamentos forçados da população rural, os movimentos políticos de trabalhadores, a concentração fundiária e a baixa remuneração do trabalho produziam um cenário potencialmente revolucionário. A ameaça comunista na América Latina, deflagrada com a Revolução Cubana de 1959, tornou o avanço de movimentos pró-Castro no Nordeste uma questão de segurança internacional para o governo americano.

As relações internacionais e geopolíticas entre o Nordeste e os Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960, principalmente nos anos que antecederam à ditadura civil-militar de 1964, assim como os estudos sobre a Aliança na América Latina, foram amplamente discutidas pela literatura de referência. O reconhecimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) pelos Estados Unidos, em 1961, como agência formuladora de políticas de desenvolvimento e possível organismo receptor de ajuda internacional e as relações entre a Sudene e a Aliança na década de 1960 foram analisadas em profundidade pelo cientista político estadunidense Riordan Roett (1972), que acabou por definir balizas fundamentais nas relações entre Brasil e Estados Unidos no período pré-golpe militar.<sup>2</sup> Análises mais detalhadas realizadas recentemente têm produzido um consenso de como a política da Aliança foi um instrumento para contrapor e enfraquecer o governo João Goulart e teve papel relevante no processo de concretização do golpe (Loureiro, 2020).

Nos últimos anos, a crescente quantidade de documentos oficiais norte-americanos disponibilizados virtualmente permitiu revisitar o papel dos Estados Unidos tanto nos eventos que culminaram com o golpe de 1964 quanto

---

1 Foi adotada neste artigo, daqui em diante, a forma reduzida do título do programa, “Aliança”.

2 Outras análises foram realizadas por Oliveira (2003, 2008), Bandeira (2010), Page (1972), Leacock (1990), Furtado (2014), Santiago (2016), Pinto e Gumiero (2018) e Loureiro (2020).

no desenrolar da política nacional durante a ditadura militar.<sup>3</sup> A abundância de novas fontes norte-americanas possibilita que pesquisadores aprofundem e detalhem as narrativas já existentes, como também revisem determinados processos e interpretações.<sup>4</sup> A ampliação do acesso às fontes dos arquivos dos Estados Unidos permite compreender com mais clareza as prioridades políticas de seu governo, assim como as avaliações dos atores americanos durante a Guerra Fria. Destaca-se, nesse sentido, a recorrente preocupação do Departamento de Estado dos Estados Unidos de produzir dossiês com a caracterização de personagens da política brasileira.

Responsável pela constituição e direção da Sudene,<sup>5</sup> e mais tarde ministro extraordinário do Planejamento, Celso Furtado assumiu posição central na política nacional<sup>6</sup> e foi personagem em destaque no radar das autoridades americanas. Entre a “batalha da Sudene”<sup>7</sup> e o desafio de implementação do Plano Trienal e das reformas de base,<sup>8</sup> Celso Furtado é ator decisivo nos quatro anos que encerram uma fase da história do país. Se sua trajetória como intelectual do estruturalismo latino-americano, ou como intérprete do pensamento econômico brasileiro, já foi amplamente estudada, o presente artigo apresenta o Furtado pelas lentes dos arquivos americanos. Um personagem que, por suas contribuições teóricas e por sua atuação política, causou significativa admiração, mas também profunda desconfiança das autoridades americanas.

O acesso às fontes americanas, muitas delas secretas e liberadas para consulta somente nos últimos anos, revela uma dimensão ainda pouco conhecida sobre o Brasil nos bastidores da política americana. Em análise retrospectiva, Celso Furtado acreditava que a morte de John Kennedy, em novembro de 1963,

---

3 O presente artigo se vale de documentos dos seguintes arquivos e bibliotecas norte-americanas: Freedom of Information Act (Foia), Central Intelligence Agency, Washington, D.C.; John F. Kennedy Presidential Library and Museum (JFKL), Boston, MA; National Archives and Records Administration (Nara), College Park, MD; Office of the Historian, Foreign Service Institute, United States Department of State, Washington, D.C.

4 Carlos Fico (2008, p. 10-11), referência na pesquisa com documentos americanos desclassificados sobre o Brasil, atenta para a necessidade de se “ter cuidado com o fascínio causado pelos documentos inéditos, especialmente os que foram sigilosos, pois há livros notáveis que se baseiam em documentos já trabalhados”. Os documentos dos arquivos aqui analisados foram liberados de forma paulatina, como lembra Fico, o que impõe a necessidade de revisão constante por parte dos pesquisadores.

5 Para trabalhos sobre Celso Furtado e a Sudene, ver: Oliveira (2003), Lima (2009) e Barboza (2023).

6 Para trabalhos sobre a dimensão da política em Celso Furtado, ver: Moraes (1995), Cepêda (2001), Oliveira (2003), Rezende (2004), Vieira (2007) e Boianovsky (2014). Para um texto sobre as visões de Furtado sobre o golpe, ver Rosa (2022).

7 Rosa Freire D’Aguiar (2014). Em outro texto, D’Aguiar (2019) se vale das cartas para tratar da relação entre Furtado e a Aliança.

8 Para a atuação de Furtado no Ministério Extraordinário do Planejamento, ver Furtado (2011).

teria sido decisiva para a concretização do golpe militar (Furtado, 2004). Ainda que reconhecendo divergências entre alas do governo americano, possivelmente o economista não tinha dimensão das avaliações e do volume de documentos produzidos sobre sua pessoa pela diplomacia e pelos órgãos de segurança americanos; tampouco teria conhecimento de como sua posição frente ao governo americano estava significativamente fragilizada um ano antes do assassinato de Kennedy. Nesse sentido, compreender o percurso da narrativa dos Estados Unidos sobre Celso Furtado entre 1961 e 1964 é percorrer a complexa e trágica relação entre o Brasil e os Estados Unidos no contexto do golpe militar.

### Furtado, Sudene e a Aliança

Foi no dia 6 de janeiro de 1959, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, que Celso Furtado teve seu primeiro encontro com Juscelino Kubitschek. Tinha alguns poucos minutos para convencer o presidente da urgência de se criar uma política específica para o Nordeste, cuja seca do ano anterior colocou o governo em situação de alerta. Bem-sucedido, Furtado sai do encontro com a incumbência de criar a “31ª meta” do Plano de Metas, a “Operação Nordeste”, que se materializou com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Responsável por sua estruturação tanto teórica como política, a Sudene e o Nordeste levariam Celso Furtado para o centro da política nacional e, quase imediatamente, para o radar diplomático norte-americano.

A existência de uma agência de desenvolvimento regional brasileira, a Sudene, criada ainda em 1959, motivou o envolvimento dos Estados Unidos no Nordeste, posicionando a região como potencial modelo da atuação da Aliança na América Latina. Com a criação anunciada em março de 1961 e oficialmente constituída no encontro da Organização dos Estados Americanos, em Punta Del Este, no mês de agosto daquele ano, a Aliança seria um dos principais instrumentos de ação do governo dos Estados Unidos para minimizar a instabilidade política e econômica nordestina.

Roett (1972, p. 7) afirma que o sucesso da política americana no Nordeste demonstraria a eficácia do modelo democrático de governo, dissipando a ameaça que as Ligas Camponesas apresentavam à Aliança. O fato de a Sudene ter elaborado seu primeiro plano diretor em 1960 – aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro de 1961 – e de já apresentar políticas concretas de desenvolvimento industrial e rural posicionou-a com distinção para a recepção da ajuda americana.

A trajetória da política americana para o Nordeste por meio da Aliança, iniciada em 1961, foi equacionada a partir das relações bilaterais entre os dois países

no contexto da Guerra Fria. Avançar em uma política de ajuda internacional na América Latina, sob o prisma dos americanos, tinha como objetivo somar esforços para deter o avanço do comunismo no Nordeste. O objetivo inicial do governo Kennedy ao se aproximar do Brasil e do Nordeste em 1961 era intercambiar o apoio brasileiro aos americanos contra Cuba. Como contrapartida, os americanos prometiam enviar investimentos e ajuda internacional ao Brasil, configurando um novo ciclo de apoio americano à região, possivelmente um exemplo para outros países latino-americanos quanto aos projetos da Aliança. Todavia, a posição dos presidentes brasileiros que antecederam à ditadura civil-militar, Jânio Quadros (de janeiro a agosto de 1961) e João Goulart (até março de 1964), foi de garantia da soberania e de não-intervenção em Cuba, marca da política externa independente dos dois governos (Bandeira, 1973, p. 406-409, 420).

Ao sustentar essa posição independente em relação à Cuba, a postura de Jânio foi interpretada pelo governo Kennedy como oposta aos Estados Unidos. Domínguez Avila (2023) analisa a visita do embaixador americano Adolf Berle ao presidente Quadros, em fevereiro de 1961, como meio do governo americano buscar apoio do governo brasileiro às políticas contra Cuba, mas que não logrou nenhum êxito (Domínguez Avila, 2023, p. 12). Outro momento que demonstra a importância da questão cubana para as relações bilaterais com o Brasil foi a reunião na Casa Branca entre o presidente Kennedy, o então ministro da fazenda brasileiro, Clemente Mariani, e o embaixador brasileiro em Washington, Carlos Alfredo Bernardes, em maio de 1961. Na ocasião, Kennedy explicita que seu governo sofria críticas da opinião pública, no que diz respeito ao apoio dos Estados Unidos ao Brasil nos acordos com o Fundo Monetário Internacional, por conta da posição brasileira em relação à questão cubana (p. 29).

Apesar de os Estados Unidos não terem conquistado o apoio do presidente Quadros contra Cuba – cujo ápice da divergência é a reunião da Organização dos Estados Americanos e a abstenção brasileira à declaração de expulsão de Cuba da organização –, as relações entre a Aliança e a Sudene foram de significativa aproximação nos meses finais de 1961. Um período de relações amistosas dos Estados Unidos com o governo brasileiro, conforme afirma Leacock (1990, p. 33), etapa marcada pela recepção de Furtado por Kennedy na Casa Branca, em julho de 1961.

Um mês antes da missão de Furtado aos Estados Unidos, o economista americano Douglass North passou três semanas no Brasil, enviado em missão organizada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, com apoio do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Na agenda, além de palestras no Rio de Janeiro e em São Paulo, o economista americano participa de encontros com técnicos do Banco do Nordeste em Fortaleza e

da Sudene em Recife, inclusive com Celso Furtado, em 20 de junho de 1961. A partir de suas impressões sobre a reunião com Furtado, dos registros de sua visita pelo Nordeste e da análise de documentos basilares da Sudene, North produz um memorando submetido ao secretário de Estado dos Estados Unidos (Boianovsky; Monastério, 2017, p. 9-10).<sup>9</sup>

As primeiras ocorrências de Furtado nos arquivos americanos se referem a esse momento de aproximação com o Brasil, em meados de 1961, na possível confluência dos interesses geopolíticos de segurança internacional do governo Kennedy com a necessidade da Sudene, que buscava financiamento para os seus projetos.<sup>10</sup> A presença de Furtado nos documentos é a materialização da tensa dinâmica das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos, pois por um lado o superintendente era peça fundamental das relações amistosas entre os governos Kennedy e Quadros, e por outro era identificado como um economista próximo aos comunistas, de crenças marxistas e nacionalista.<sup>11</sup>

Para preparação da reunião entre Kennedy e Furtado, o Departamento de Estado elabora um memorando que é enviado à Casa Branca, endereçado à McGeorge Bundy, membro do Conselho de Segurança Nacional (National Security Advisor).<sup>12</sup> As avaliações de Douglass North devem ter subsidiado essa breve nota biográfica de Celso Furtado. O jovem economista americano não demonstrava simpatia pelas posições da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), uma “influência perversa” na formação dos economistas brasileiros, e indicava significativas discordâncias às teses de Furtado presentes no primeiro plano diretor da Sudene. Por outro lado, em suas anotações pessoais, ainda que o termo comunista fosse recorrente, não acreditava que Furtado estivesse alinhado à projetos revolucionários; seu comprometimento seria com o desenvolvimento da região. Ainda assim, sugere cautela quanto àquele que considera um “homem brilhante, inspirando com entusiasmo os jovens” (Boianovsky; Monastério, 2017, p. 12-13).

---

9 Entre os documentos trabalhados pelos autores é possível encontrar o memorando, mas também o caderno de viagem e uma resenha crítica ao plano diretor da Sudene. Ver North (1961).

10 O investimento público na Sudene nos seus primeiros anos foi marcado pela aprovação tardia do orçamento contido no seu I Plano Diretor, que correspondia ao triênio 1961-1963, porém, aprovado somente em dezembro de 1961. Sobre este tema consultar: Cohn (1976), Araújo (2000), Oliveira (2008).

11 Rosa Freire D’Aguiar apresenta a dura campanha realizada contra Furtado no contexto de aprovação do projeto da Sudene (2014). Rafael Ioris (2024, p. 4) indica como o temor de uma revolução camponesa e a presença marxista na política do Nordeste estava presente nos jornais americanos, como no *New York Times*. Argumento semelhante é apresentado por Barboza e Ribas (2021).

12 Papers of John F. Kennedy. Presidential Papers. President’s Office Files. Countries. Brazil: Security, 1961. JFKPOF-112-013. John F. Kennedy Presidential Library and Museum, p. 50.

Apesar de eventuais desconfianças, Furtado foi inicialmente avaliado como alguém capacitado para desempenhar uma política de desenvolvimento no Nordeste, detentor de um programa já formulado para a região, o plano diretor, e que reuniu determinado apoio no *staff* americano.<sup>13</sup> Sobre a proposta de ação formulada por Furtado, todavia, North era mais crítico, possivelmente por divergência sobre os pressupostos da própria teoria econômica, especialmente sobre o papel da industrialização para a superação do atraso do Nordeste. Considerando que a região tinha pequeno mercado regional, pouca mão de obra qualificada e limitados recursos naturais, conclui em seu relatório que ali não era uma “*industrial area*”. Era igualmente crítico à ideia de que os elevados preços dos alimentos nas cidades nordestinas impediam a industrialização na região. Segundo os registros de North, ele teria ficado desapontado com Furtado, ao saber que suas críticas ao plano não foram incorporadas nos documentos submetidos durante a negociação com o governo dos Estados Unidos (Boianovsky; Monastério, 2017, p. 16-18).

Os documentos preparados para o encontro entre Furtado e Kennedy destacam o objetivo de Furtado em discutir formas de ajuda americana para o desenvolvimento do Nordeste. Consta também um breve cenário sobre o Nordeste, descrito como uma região seca, de elevada taxa de analfabetismo e doenças, com renda média anual per capita inferior a US\$100. A região guardava, portanto, condições que favoreceriam a agitação pró-Castro dirigida pelos comunistas, uma situação potencialmente explosiva [“*potentially explosive situation*”], uma preocupação para o presidente Quadros, que depositava em Furtado a responsabilidade de coordenar o programa na região. Nos dados biográficos de Furtado apresentados à Casa Branca, em documento confidencial, assim ele é descrito:

*Altamente inteligente e aparentemente muito capaz, Furtado mantém o comando firme de um homem só sobre as operações e o pessoal da Sudene. Ele é, de forma geral, reconhecido por ter sido ou ser um marxista que ainda é socialista em suas crenças políticas e orientação econômica, embora se declare um político neutro sem filiação partidária. Os seus oponentes conservadores e os seus adversários políticos consideram-no um comunista, e há algumas evidências, baseadas em registros da Polícia Federal, de que ele participou em conferências comunistas na Europa no final da década de*

---

13 O documentário *Brazil: the troubled land*, filmado em Pernambuco em 1961, pela cineasta Helen Rogers, a pedido do governo dos Estados Unidos para a rede de televisão norte-americana ABC, é representativa sobre o temor das Ligas Camponesas e o respeito por Celso Furtado. Foi exibido no encontro entre Kennedy e Furtado. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=jWq4\\_\\_898mg&t=219s](https://www.youtube.com/watch?v=jWq4__898mg&t=219s).

1940. Por outro lado, a maioria dos observadores pensa que ele modificou as suas crenças marxistas originalmente duras e agora traça um rumo económico de centro-esquerda, mas oposto aos extremos tanto da direita como da esquerda. *Nacionalista e regionalista que certamente não é pró-americano, está, no entanto, bastante disposto a trabalhar com os americanos para combater os problemas do Nordeste, e não é publicamente antiamericano. Ele é considerado um idealista, trabalhador, dedicado e honesto. O presidente Quadros indicou seu apoio a Furtado ao confirmá-lo no cargo de chefe da Sudene e ao elevar o cargo ao posto de gabinete.*<sup>14</sup>

A participação de Furtado em conferências comunistas na Europa no final da década de 1940, informação existente nos registros da Polícia Federal, foi recorrentemente apresentada nos documentos americanos para acusá-lo de manter identidade com posições “radicais”. Como relata em seus diários, Furtado (2019, p. 182-186, “Recife, 31.12.59”) somente teve conhecimento dessas acusações quando se tornou Superintendente da Sudene, em 1959, por meio de uma “ficha” da Divisão de Polícia Política e Social, dossiê encontrado na Polícia Federal e no Conselho de Segurança Nacional. Segundo Furtado, constava que ele “seria um indivíduo de grande ascendente e prestígio no Partido Comunista, teria estado na Iugoslávia na época em que se criou o Kominform, teria estado em outras reuniões internacionais importantes promovidas pelos comunistas”, além de regressar ao país “por meio desconhecido”. No dossiê, Furtado relata que havia um postal de Praga, enviado por ele ao Brasil em 1947, usado como prova para as acusações (Furtado, 2014). A ideia de que Furtado teria modificado “suas crenças marxistas”, como consta em sua biografia encaminhada à Casa Branca, também era uma “informação” advinda desta “ficha” policial. Segundo relata Furtado (2019, p. 184): “Em 1955, se fizera uma investigação sobre minha pessoa e nada se apurara e que eu presentemente fazia sentir que ‘abandonara minhas ideias’ mas que continuava ‘tendo amigos entre os comunistas’”.

Diante da acusação, Furtado aponta que requereu a revisão do seu dossiê, considerando que nunca participou de “nenhuma organização que pudesse ser usada pelos comunistas”. Outra informação relevante que Furtado tomou conhecimento foi em relação aos Estados Unidos:

---

14. Relatório produzido por Douglass North. Papers of John F. Kennedy. Presidential Papers. President's Office Files. Countries. Brazil: Security, 1961. JFKPOF-112-013. John F. Kennedy Presidential Library and Museum, p. 51. Grifos nossos.

Pude saber que as minhas conversas com Juscelino, por ocasião da crise com o FMI, deram lugar a “denúncias” ao CSN, apresentando-me como elemento “dissociador”. Eu teria aconselhado o presidente a romper, e se possível “violentamente”, com os Estados Unidos. (Furtado, 2019, p. 186)

Furtado se refere às negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) realizadas em 1959, durante a presidência de Juscelino Kubitschek, e que perduraram nos anos seguintes. Entre o plano de estabilização econômica e uma maior associação ao capital estrangeiro, como defendido por Roberto Campos e Lucas Lopes, Juscelino teria seguido com seu projeto de crescimento e industrialização, vocalizado em grande medida pelas ideias de Celso Furtado (Bielschowsky, 2000). Defendendo a autonomia dos centros internos de decisão, a centralidade dos grupos de trabalho e comissões técnicas dentro do Estado brasileiro, a ruptura com o FMI tinha respaldo nas posições do economista, que via o órgão internacional como uma barreira ao projeto de desenvolvimento nacional (Furtado, 2019, p. 157-158). A defesa de um projeto de desenvolvimento nacional, portanto, passaria a ser identificada como um antiamericanismo de Furtado, elemento que seria recorrentemente explorado pela retórica da administração dos Estados Unidos até 1964.

Os registros oficiais americanos referentes à recepção de Furtado por Kennedy são amplamente conhecidos, foram divulgados pela imprensa e analisados pela literatura de referência (D’Aguiar, 2014; Roett, 1972; Santiago, 2016). No memorando de conversação<sup>15</sup> consta, entre os temas abordados, o questionamento de Kennedy sobre as possibilidades de aprovação pelo Congresso Nacional brasileiro do plano diretor da Sudene; o interesse específico do presidente na questão agrária e fundiária, nos programas de irrigação e migração em massa da Sudene; e a posição de Kennedy sobre as Ligas Camponesas e a situação da população nordestina.

Na declaração oficial,<sup>16</sup> o governo Kennedy reconhece a urgência da questão nordestina, aponta os problemas sociais e econômicos da região e confirma a realização do convite a Furtado, diante do trabalho já realizado na Sudene e pela existência do plano diretor. A nota também destaca a necessidade de

---

15 Foreign Relations of the United States, 1961-1963, volume XII, American Republics, Brazil, Edward C. Keefer, Harriet Dashiell Schwar and W. Taylor Fain III, (Washington: Government Printing Office, 1996), Document 211, Memorandum of Conversation. United States Department of State.

16 285. Statement by the President Concerning a Plan for the Development of Northeast Brazil. Public paper of the presidents of the United States: John F. Kennedy: 1961. Washington: United States Government Printing Office, 1962, p. 508-509.

aprofundar o plano de trabalho e aponta a pretensão de enviar um grupo de economistas e técnicos para a realização de estudos junto à Sudene. As iniciativas da política norte-americana se estreitam com o envio da missão de técnicos para o Nordeste pelo Departamento de Estado americano em outubro de 1961, que, coordenada pelo embaixador Merwin Bohan, resultou na elaboração do Relatório Bohan, de fevereiro de 1962 (Santiago, 2016).<sup>17</sup> O governo norte-americano afirmava a possibilidade de fornecimento imediato de assistência técnica em recursos hídricos, educação ou outra área que a Sudene desse prioridade, além do fornecimento de alimentos através do programa Food for Peace.

Nesse sentido, os Estados Unidos manifestavam disposição para concretizar o apoio financeiro ao Nordeste. Como Furtado registra em sua autobiografia, a única divergência visível era sobre o formato da ajuda financeira, posições polarizadas entre os representantes da Casa Branca e do Departamento de Estado: enquanto os primeiros defendiam um consórcio articulado por um organismo multilateral, os segundos apoiavam o envio de uma missão técnica (Furtado, 2014, p. 309). Essa retórica positiva do governo Kennedy em relação a Furtado e de alinhamento com a Sudene não persistiu no decorrer de 1962, como veremos a seguir.<sup>18</sup>

Após um mês da reunião entre Kennedy e Furtado, em 20 de agosto de 1961, um memorando da Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA)<sup>19</sup> aponta o interesse do bloco soviético em promover uma ajuda internacional para o desenvolvimento do Nordeste, com ofertas da União Soviética, Tchecoslováquia, Polônia, Alemanha Oriental e Hungria. A chegada de dois representantes húngaros ao Nordeste no início de agosto foi apontada como nova etapa de desenvolvimento da ajuda do bloco soviético, com “a oferta de Budapeste de equipamentos, técnicos e geólogos para perfurar 2.200 poços de água na área”. Registra-se a informação de um plano soviético de recursos financeiros para energia e irrigação, endossado pelo Itamaraty em 31 de julho de 1961. A proposta previa a oferta de US\$200 milhões nestes setores, em condições similares aos empréstimos americanos para a construção da barragem de Assuã no rio Nilo, Egito. O memorando relata a oferta da Tchecoslováquia de equipamentos hidrelétricos e

---

17 Outro desdobramento das relações bilaterais foi concretizado com a assinatura do Acordo do Nordeste, em abril de 1962, estabelecendo as bases dos investimentos a serem realizados pela Aliança na região (Roett, 1972; Loureiro, 2020).

18 Mesmo após a renúncia do presidente Quadros, em agosto de 1961, as relações com o presidente Goulart permanecem, a princípio, em um aparente clima de cooperação (Loureiro, 2020, p. 140).

19 Memorandum. Soviet Bloc interest in Brazil's Northeast. 20 August 1961. General CIA Records. CIA-RDP79S00427A000500040035-3. Freedom of Information Act: Central Intelligence Agency.

termoelétricos, tratores agrícolas, geradores e equipamentos de administração para a Sudene e de investimento na indústria no estado do Pará.

Essa aproximação entre o Brasil e a União Soviética, em suma, foi outro elemento considerado para a urgência das medidas dos Estados Unidos no Nordeste em 1961. Observando a estratégia da Aliança efetivamente realizada na região, o estabelecimento de quais projetos seriam financiados no Nordeste ficou a critério do escritório da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) em Recife, instalado em 1962, um dos únicos escritórios regionais deste órgão em nível mundial. O Acordo do Nordeste estabeleceu a Sudene como agência brasileira intermediária na recepção de recursos da Aliança. Leacock (1990, p. 70) afirma que levou algum tempo para que os brasileiros compreendessem que demoraria muito para conseguir o dinheiro americano.

Felipe Loureiro (2020, p. 117) apresenta estudo fundamental sobre a aplicação de recursos da Aliança, a partir de análise documental similar à utilizada neste trabalho, e conclui que foram utilizados critérios políticos na disponibilização das verbas, a partir da categorização ideológica de políticos estaduais, favorecendo aqueles estados com lideranças opositoras ao governo Goulart. Os primeiros recursos destinados seguiram critérios de intervenção nas eleições para governador, em outubro de 1962, uma ajuda que foi empregada como arma de Guerra Fria (p. 148).<sup>20</sup>

Os objetivos da intervenção no processo eleitoral miravam o fortalecimento de políticos e grupos opositores a João Goulart, favorecendo diretamente alguns estados, inicialmente Pernambuco e Rio Grande do Norte. A proposta inicial, de ajuda e empréstimos para o projeto da Sudene contido no plano diretor, em cooperação com a Usaid, jamais se realizou. Segundo Felipe Loureiro (2020, p. 72-73), as relações entre a Sudene e a Usaid não avançaram, à medida que as relações Brasília e Washington se deterioravam. Esse quadro pode ser ilustrado com a viagem de João Goulart para Washington em abril de 1962, para tratar com Kennedy de temas como a degradação da saúde financeira brasileira e, acima de tudo, a expropriação de empresas americanas de energia e telefonia estabelecidas no Rio Grande do Sul. Kennedy exigia medidas concretas do governo brasileiro para frear as ações de políticos nacionalistas, contrários aos interesses americanos (Bandeira, 1973, p. 423; Saes; Loureiro, 2014, p. 40).

---

20 Análises também realizadas por Roett (1972), Leacock (1990) e Santiago (2016).

O segundo semestre de 1962 seria decisivo para os capítulos da trajetória entre a Sudene e a Aliança antes do golpe militar. Publicando em agosto *A pré-revolução brasileira*, Celso Furtado oferecia ao público um manifesto político para o país, no qual buscava se distanciar de possíveis identificações com o marxismo, como fica explícito no capítulo “Reflexões sobre a pré-revolução brasileira”, mas sem deixar de reunir seus ensaios com duras críticas aos economistas do FMI (Furtado, 1962, p. 82). Defendendo a autonomia do desenvolvimento nacional, Furtado estaria no centro das desconfianças das autoridades americanas.

### Furtado, planejamento e a Crise do Mísseis

A deterioração das relações entre Furtado e o governo americano pode ser identificada nos documentos americanos a partir do segundo semestre de 1962: decorrente do endurecimento das relações bilaterais entre os governos Kennedy e Goulart, essa piora demonstra também as limitações na cooperação entre Sudene e Usaid. O superintendente da Sudene, em setembro daquele ano, seria empossado como ministro extraordinário do Planejamento, assumindo posição de representante do país em fóruns e negociações internacionais.

Três momentos se destacam nesse processo de deterioração e de vigilância americana sobre Furtado: primeiro, a questão cubana da Crise dos Mísseis, em outubro de 1962, e a interpretação feita pelo *staff* americano em relação ao posicionamento de Furtado; segundo, a recepção negativa do governo norte-americano das declarações de Furtado sobre a baixa expectativa da Sudene de que o acordo com a Aliança vigorasse; terceiro, os registros decorrentes do cargo que Furtado passou a ocupar, de ministro extraordinário do Planejamento, envolto nas tensões da elaboração do Plano Trienal, documento que não foi bem recebido pelo governo norte-americano.

Os principais documentos que registram a mudança na percepção dos norte-americanos em relação à posição de Furtado são de outubro e novembro de 1962. O primeiro registro se refere à reunião anual do Inter-American Economic and Social Council (IA-Ecosoc),<sup>21</sup> realizada no México em outubro de 1962,<sup>22</sup> na qual Furtado participou como representante do governo brasileiro.

---

21 Conselho Interamericano Econômico e Social (Cies), na sigla em português, órgão submetido à Organização dos Estados Americanos (OEA).

22 Entre os dias 1 e 21 de outubro os especialistas se reuniram (“at the experts level”) e, entre os dias 22 e 27 de outubro, reuniram-se em nível ministerial, com os representantes dos países, momento em que Furtado participou por exercer a função de ministro do Planejamento.

Essa reunião ocorreu concomitantemente à Crise dos Mísseis, em Cuba, daí a importância atribuída à posição de Furtado. Seu discurso como representante do governo brasileiro foi uma dura crítica às realizações da Aliança na América Latina, atuação limitada para uma região que vivia um ambiente potencialmente revolucionário. Alegando imprecisão no termo Aliança para o Progresso, acreditava que vinha sendo empreendido muito esforço na “aliança”, mas indicava captar o sentido de “progresso” aspirados pelos povos da região.<sup>23</sup>

Por outro lado, as reações de Furtado foram monitoradas e registradas em três memorandos do tesouro americano,<sup>24</sup> documentos que foram encaminhados pelo próprio secretário do tesouro, C. Douglass Dillon, ao Departamento de Estado americano,<sup>25</sup> e que apontam a postura de Furtado como uma reação solidária aos cubanos e de natureza antiamericana.

No memorando<sup>26</sup> que encaminha as informações ao Departamento de Estado americano, assinado por Dillon, consta que Furtado “exibiu em diversas ocasiões uma atitude nitidamente hostil em relação aos Estados Unidos, especialmente em relação à crise cubana”. Nesse sentido, atenta para que os norte-americanos tenham esse fato em mente nas futuras negociações com Furtado. Também está registrada a reunião privada entre Furtado e Dillon, com a participação de funcionários do tesouro americano e Lincoln Gordon (embaixador americano no Brasil), no dia 22 de outubro, em que os norte-americanos estavam interessados em conhecer as diretrizes do Plano Trienal, projeto em elaboração pelo recém-empossado ministro extraordinário do Planejamento.<sup>27</sup>

O documento registra uma reunião tensa, em que os representantes pareciam testar seus interlocutores. Na ocasião, Furtado expôs sobre a construção de objetivos do desenvolvimento a partir de reformas a serem propostas,

---

23 IEB- CF-Tex-072. Discurso pronunciado pelo senhor doutor Celso Furtado, chefe de delegação do Brasil, na quarta sessão plenária, realizada na tarde de 24 de outubro de 1962. Organização dos Estados Americanos. Conselho Interamericano Econômico e Social, p. 2.

24 Dillon, C. Douglas (Clarence Douglas), 1909-2003, Brazilian Representative at Mexico City Conference (1962). Opening the Archives: documenting U.S.-Brazil relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:671433/>. Todos os documentos utilizados neste trabalho do acervo da Brown University Library, pertencem à coleção Opening the Archives: documenting U.S.-Brazil relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository, Brown University Library. Essa informação será suprimida na identificação dos próximos documentos deste acervo.

25 Encaminhado a Edwin M. Martin, Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs.

26 Dillon, C. Douglas (Clarence Douglas), 1909-2003, Brazilian Representative at Mexico City Conference (1962), p. 1.

27 Dillon, C. Douglas (Clarence Douglas), 1909-2003, Brazilian Representative at Mexico City Conference (1962), p. 2-5.

observando as possibilidades de coordenação interministerial, com foco principalmente no combate à inflação. Dillon destaca dois aspectos sobre a proposta da política econômica brasileira: questiona a incapacidade do governo brasileiro de combinar os planos econômicos com o desempenho da economia e defende o papel do capital privado no financiamento do desenvolvimento brasileiro. Furtado questiona Dillon sobre seu retorno imediato à Washington, em razão da crise cubana, o que seria lamentável para os trabalhos do IA-Ecosoc. Ele responde que essa era uma determinação do presidente Kennedy. Diante da gravidade da situação, Furtado sugere o encerramento dos trabalhos, ao que Dillon contestou e “demonstrou considerável aborrecimento com sua sugestão”, salientando o trabalho realizado pela conferência e o alto nível da delegação norte-americana, que passaria ao comando de Teodoro Moscoso. Ele ainda sugere que se o Brasil não estivesse interessado na Aliança poderia deixar a conferência. O memorando encerra sem mencionar qualquer resposta de Furtado.

O documento que caracteriza o comportamento de Furtado durante as sessões do evento foi elaborado por Henry Costanzo, chefe da Divisão Latino-americana do tesouro americano (Latin American Division, Treasury Department).<sup>28</sup> Costanzo também redigiu o memorando da reunião entre Dillon e Furtado e fez as seguintes observações, endereçadas ao secretário:

Outubro 29, 1962

Memorando ao secretário:

De: Henry J. Costanzo

Assunto: Comportamento do ministro Furtado no IA-Ecosoc

Não tive oportunidade de lhe dizer, antes de sua partida do México, que o ministro Celso Furtado se *absteve* notavelmente durante os aplausos calorosos após seu discurso de 23 de outubro sobre a crise cubana e a Aliança para o Progresso.

O ministro Furtado também não aplaudiu durante o que, a meu ver, foi um dos pontos altos da conferência. Na tarde de quarta-feira, 24 de outubro, Jorge Sol interrompeu o plenário para fazer um anúncio especial sobre uma conversa telefônica que acabara de ter com o sr. Mora. Quando Sol disse que os navios russos estavam sendo desviados, houve uma explosão espontânea e geral de aplausos. Muitos delegados apresentaram-se para apertar a mão de membros da delegação dos EUA. O sr. Furtado permaneceu sentado e não fez menção de aplaudir.

---

<sup>28</sup> Dillon, C. Douglas (Clarence Douglas), 1909-2003, Brazilian Representative at Mexico City Conference (1962), p. 6.

O que foi dito acima baseia-se nas minhas observações pessoais, posteriormente confirmadas por vários membros da delegação dos EUA que também fizeram questão de observar as reações de Furtado.

O dia 22 de outubro de 1962 tinha sido uma data fundamental da Crise dos Mísseis,<sup>29</sup> momento de decisão do governo americano de não invadir Cuba e utilizar a “quarentena”, contexto em que o presidente Kennedy realizou o pronunciamento na televisão sobre a crise estabelecida (Domingos, 2014, p. 19). O discurso do secretário do tesouro americano Dillon no dia 23, na reunião do IA-Ecosoc, transcorreu em plena Crise dos Mísseis, e foi seguido por sua retirada da reunião e regresso a Washington. A “notável abstenção” de Furtado em aplaudir o discurso do secretário foi lida por funcionários da delegação americana do IA-Ecosoc como um aceno aos cubanos e uma expressão de antiamericanismo, uma “atitude nitidamente hostil”. A não manifestação de Furtado foi registrada pelo observador americano na reunião do dia 24 de outubro do IA-Ecosoc, quando o economista salvadorenho Jorge Sol Castellanos anunciou que os navios russos estavam sendo retirados de Cuba. Enquanto efusiva celebração ocorria na plenária, o documento registra que Furtado não cumprimentou a delegação americana.

Passado um mês do tenso evento no México, Celso Furtado reaparece nos registros americanos. A razão era a contrariedade da posição de Furtado à política americana da Aliança com a Sudene, registrada em boletim da CIA de 5 de dezembro de 1962.<sup>30</sup> Se essa posição crítica aos Estados Unidos já era explícita em seu pronunciamento na IA-Ecosoc, o novo registro foi elaborado a partir da reunião entre Furtado e as autoridades americanas em 30 de novembro de 1962:

Brasil: A opinião oficial da Sudene, a agência de desenvolvimento do Brasil para o Nordeste empobrecido, endureceu-se contra a ajuda econômica dos EUA no âmbito da Aliança para o Progresso.

Celso Furtado, chefe da Sudene e ministro do Desenvolvimento Econômico, disse às autoridades dos EUA, no dia 30 de novembro, que as autoridades da Sudene tinham decidido há algum tempo não confiar na ajuda dos EUA. Ele enfatizou que não pode

---

29 O dia 22 de outubro de 1962 foi o primeiro dia da Crise dos Mísseis se considerado em uma perspectiva internacional e distinta dos americanos, que estabelecem o dia 16 de outubro como o primeiro dia da crise, quando o presidente Kennedy foi informado da construção de bases de mísseis nucleares soviéticos em Cuba (Domingos, 2014, p. 19).

30 Central Intelligence Bulletin. 5 December 1962. CIA-RDP79T00975A006700310001-3. General CIA Records. Freedom of Information Act: Central Intelligence Agency, p. 5.

aceitar que os EUA tenham o direito de “interferir” nos planos da Sudene, aprovar os seus projetos, ou trabalhar diretamente com estados individuais no Nordeste sem a aprovação da Sudene.

Furtado disse que “dez por cento” do pessoal da Sudene, incluindo comunistas conhecidos, se opõem à cooperação com os Estados Unidos, e que ele não tem intenção de remover este elemento. Outros funcionários da Sudene também criticaram duramente a Aliança do Progresso durante o passado mês.

A informação dada por Furtado aos norte-americanos era a de que a Sudene não contaria mais com a Aliança, e que os Estados Unidos não podiam interferir nos planos da Sudene, nem atuar diretamente com os governos estaduais. Por fim, Furtado afirma que 10% dos funcionários da Sudene se opõem à Aliança, incluindo comunistas, e que ele não removeria estas pessoas do órgão. Esse posicionamento repercutiu nos documentos americanos, sendo suficiente para confirmar, na leitura do governo americano, que Furtado não teria dispensado o diálogo com os comunistas no interior da Sudene, assim como que ele nutria uma posição antiamericana.

Nas eleições de outubro de 1962 foi dada a primeira resposta imediata da Aliança no Brasil, por meio de acordos entre a Usaid e os governos estaduais. Furtado já havia compreendido a evidente impossibilidade de a Aliança cooperar com a Sudene. Roett (1972, p. 11) assinala a suspeita e desconfiança dos Estados Unidos com os objetivos sociopolíticos e econômicos da modernização defendidos por Furtado. Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos defendiam a modernização no subdesenvolvimento, Roett (p. 10) afirma que a ajuda externa americana impedia a modernização em nome da segurança nacional e internacional. Loureiro (2020, p. 65) assinala que a maior parte da literatura a respeito da Aliança “tende a salientar o papel da preocupação anticomunista de Washington como elemento central para a desestabilização da Aliança para o Progresso”.

A evidência documental que coloca Furtado e a Sudene como suspeitos para a Aliança desde o segundo semestre de 1962 confirma a hipótese de Roett (1972, p. 99-115), pois desde agosto a Usaid decidiu contornar a Sudene e negociar diretamente com os estados. Roett apresenta a negociação direta da agência com o governador Aluizio Alves, do Rio Grande do Norte, como um registro de que o programa dos Estados Unidos seria realizado apesar de Furtado e da Sudene. A crença da Sudene comunista cresceu, aponta Roett, e, em entrevista com funcionários da Usaid em Recife, constatou-se que estes já aceitavam plenamente o argumento da existência de influência comunista na Sudene.

O desgaste de Celso Furtado com as posições políticas norte-americanas seria ainda mais potencializado com a divulgação do Plano Trienal. A percepção das autoridades norte-americanas sobre Furtado seguiu outra direção desde o último trimestre de 1962 e está associada ao cargo de ministro extraordinário do Planejamento, ocupado por ele desde setembro daquele ano. Furtado passava a ocupar posto-chave na política econômica do governo Goulart, extrapolando as relações estabelecidas a partir da Sudene com a Aliança. A presença de Furtado nos arquivos norte-americanos passa a estar vinculada ao Plano Trienal, tornando-o um político muito mais monitorado pelas autoridades estadunidenses do que no período anterior, quando ocupava exclusivamente a função de superintendente da Sudene.

Na posição de ministro extraordinário do Planejamento, mas ainda mantendo o cargo de superintendente da Sudene, Furtado passou a ser questionado sobre o plano econômico em construção. O tema já teria aparecido na reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) e autoridades norte-americanas, a partir de novembro, passaram a reforçar seu interesse em conhecer – e possivelmente intervir – nas diretrizes do Plano Trienal. Em reunião entre Gordon e Goulart, em novembro de 1962, com documentos já analisados por Loureiro (2020, p. 168-170), Gordon relata: “Houve confusões e inconsistências em sua exposição, feita com muita força, e detectei forte cheiro de Celso Furtado em vários aspectos, especialmente a resistência implícita à participação dos EUA em projetos específicos”.<sup>31</sup> Em outro telegrama<sup>32</sup> de relato desta reunião, foi abordado o tema da Sudene e debatida a aprovação de ajuda da Aliança diretamente aos estados. Gordon questionou a resistência de membros da Sudene e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) às políticas da Aliança, ao que Goulart teria respondido, reconhecendo a insatisfação dos governadores com a Sudene, e afirmado que se os norte-americanos tivessem ideias específicas de cooperação “e a Sudene estivesse resistindo, ele revisaria e aprovaria pessoalmente projetos dignos, garantindo a aprovação da Sudene ou realizando-os apesar da Sudene”.

Em novo documento,<sup>33</sup> agora de dezembro de 1962, Gordon reitera a existência de posições antiamericanas nas agências governamentais, como na Sudene e no BNDE, sem explicitar quais seriam os nomes. A resposta de Goulart registrada no documento é surpreendente: “Também indicou [João Goulart] que Celso

---

31 Papers of John F. Kennedy. Presidential Papers. President’s Office Files. Countries. Brazil: Security, 1962, p. 81. JFKPOF-112-014.

32 Papers of John F. Kennedy. Presidential Papers. President’s Office Files. Countries. Brazil: Security, 1962, p. 81. JFKPOF-112-014, p. 128.

33 Papers of Robert F. Kennedy. Attorney General Papers. Attorney General’s Confidential File. 6-7: Cuba: Cuban Crisis, 1962: State Department (1 of 3 folders), p. 272. RFKAG-218-001.

Furtado, embora excelente técnico e em sua opinião não de extrema esquerda, era um péssimo executivo e seria dispensado de funções executivas em janeiro”. Em documento<sup>34</sup> da CIA consta o registro da posição negativa de Gordon sobre Goulart e sua “incompetência básica” em assuntos econômicos, ele constata que seria difícil trabalhar com Goulart enquanto fosse “influenciado” por conselheiros como Furtado, posição que era de indiferença à Aliança.

O Plano Trienal apresentado por Furtado em dezembro de 1962, somado às suas posições em relação à Aliança e à Crise dos Mísseis, são determinantes do destino da sua imagem nos documentos oficiais de 1963, demonstrando a deterioração das relações com as autoridades americanas. Foi recorrente a crítica ao exercício da dupla função desempenhada por Furtado, de superintendente da Sudene e ministro do Planejamento, exercida até junho de 1963, quando foi exonerado juntamente com o ministro da Fazenda, Santiago Dantas, na reforma ministerial. Esse questionamento<sup>35</sup> aparece em março de 1963, quando são reiterados os argumentos em torno do passado comunista de Furtado, personagem que seria adepto do planejamento e da centralização, cuja postura ainda era uma interrogação para os norte-americanos. É relatado que Goulart faria Furtado escolher entre a Sudene e o Ministério do Planejamento, o que não ocorreu.

A partir de maio de 1963, os vínculos de Furtado com a esquerda são explorados nos documentos oficiais. Em registro<sup>36</sup> sobre a posição do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em relação à Goulart, Furtado, Brizola e outros políticos, o documento indica que eles eram elogiados na imprensa do PCB, mas que naquele contexto se tornaram alvo de críticas do partido. Em outro documento<sup>37</sup> da CIA, o registro da aproximação de alguns membros do governo com a esquerda e os comunistas reforçaria o elo de Furtado com grupos de esquerda e o fato de que teria sido membro do PCB. Em julho de 1963 é registrada<sup>38</sup> a tentativa da Sudene de obstrução das políticas da Aliança, a qual Furtado estaria de acordo, e é indicado que as ofertas dos países da Cortina de Ferro estavam sendo estudadas pela Sudene.

---

34 Central Intelligence Bulletin. 27 November 1962. CIA-RDP79T00975A006700240001-1. General CIA Records. Freedom of Information Act: Central Intelligence Agency, p. 6.

35 Key Brazilian sub-cabinet positions and their incumbents (1963). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:354995/>.

36 Papers of John F. Kennedy. Presidential Papers. National Security Files. Countries. Brazil: General, May 1963: 1-10. JFKNSF-014-002. John F. Kennedy Presidential Library and Museum, p. 52.

37 Biweekly Propaganda Guidance. ACIA CIA-RDP78-03061A000200010008-2. General CIA Records. Freedom of Information Act: Central Intelligence Agency.

38 Report on Sudene Policy of Non-cooperation with Usaid (1963). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:356411/>.

## Furtado, o golpe e o exílio

Nos antecedentes ao golpe de 1964, dois documentos apresentam informações sobre Furtado. O primeiro é um informe<sup>39</sup> de janeiro do cônsul americano em Recife, Edward J. Rowell (Minister Consul General), emitido para as embaixadas americanas no Brasil, que descreve as declarações de Furtado sobre os gastos da Sudene nos anos correntes de 1962 e 1963, que totalizavam Cr\$14 bilhões, sendo que a expectativa era de alcançar os Cr\$50 bilhões para o ano de 1964. Consta no informe que o resultado da Sudene contrastava com as estimativas do próprio órgão, de Cr\$64 bilhões para os dois anos passados. Segue o comentário realizado pelo cônsul a respeito destes recursos:

Existe, necessariamente, um intervalo de tempo entre o planejamento e a implementação de projetos de desenvolvimento. A Sudene, por uma questão de política, está disposta a sacrificar a velocidade na implementação em prol da exatidão na contabilidade. Contudo, mesmo admitindo as considerações acima, o gasto de Cr\$14 bilhões no ano e meio desde que a primeira dotação da Sudene foi aprovada pelo Congresso não é uma realização particularmente impressionante.<sup>40</sup>

Ao mesmo tempo em que o comentário indica o baixo nível de gastos da Sudene, também reconhece o interesse do órgão na exatidão da contabilidade dos projetos de desenvolvimento, disposto a sacrificar a velocidade na implementação destes projetos. A credibilidade técnica da Sudene e de Furtado foi em parte reconhecida pelo cônsul em meio a críticas, considerando que se passaram dois anos de conflitos políticos e a demonstração de impossibilidade de alinhamento entre a Sudene e a Usaid.

O segundo documento<sup>41</sup> tratava da reunião de Furtado com Gordon em fevereiro de 1964, momento de explícita contraposição entre o governo brasileiro e a Aliança, na qual também estavam presentes John C. Dieffenderfer e Rowell. Furtado havia sido indicado como representante do governo brasileiro no Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (Ciap). Conforme o documento, Gordon questionou a postura da delegação brasileira na reunião do Cies

---

39 Weekly Summary n. 22 (Week of December 16 through December 23, 1963) (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:358307/>.

40 Weekly Summary n. 22 (Week of December 16 through December 23, 1963) (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:358307/>, p. 3.

41 Notes on meeting between ambassador Gordon and Sudene director Celso Furtado (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1137183/>.

realizada em São Paulo, em novembro de 1963, apontando para a existência de um antiamericanismo e criticando a proposta brasileira em prol de um desenvolvimento no hemisfério com controle multilateral, comentários que Furtado não teria contestado. Em seguida, registra-se o ponto de vista de Furtado sobre os problemas do desenvolvimento e a cooperação internacional:

A cooperação internacional não poderia ser puramente econômica. Deve ser realizada dentro da estrutura da realidade histórica. Toda cooperação bilateral deve incorporar-se às verdadeiras aspirações e condições do povo, caso contrário representa uma forma de dominação externa. [...] Um aspecto particularmente ruim da cooperação bilateral foi que a nação que presta assistência insistiu em assumir o papel de juiz (de projetos e programas).<sup>42</sup>

Adiante se registra outro apontamento de Furtado, da necessidade de “um mínimo de confiança (externa) no governo nacional para que a cooperação internacional funcione”.<sup>43</sup> Ele e Gordon voltam a debater uma cooperação futura para o Nordeste, e Furtado assinala de forma derradeira, e provavelmente pela última vez na condição de autoridade brasileira antes do exílio, uma nova tentativa de relações entre o Nordeste e a Aliança:

Seria útil ter um segundo acordo entre a Usaid e a Sudene e que este poderia ser muito mais concreto e específico, indo até o nível do projeto na maioria dos casos, do que o Acordo do Nordeste concluído inicialmente. Seria muito mais realista do que o primeiro acordo.<sup>44</sup>

Furtado demonstra pragmatismo e incansável defesa da cooperação para ações no Nordeste. Realizou a defesa do multilateralismo, se posicionou contrário aos acordos bilaterais em que o país financiador era o juiz dos projetos, tinha a experiência e a convicção dos limites políticos da cooperação americana, e diante de todos os óbices que operavam nesses acordos, ainda defendeu uma nova forma de cooperação para o Nordeste. Com a consciência crítica de Furtado, de alguém que era agente ativo nos acordos com os Estados Unidos e

---

42 Notes on meeting between ambassador Gordon and Sudene director Celso Furtado (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1137183/>. p. 3.

43 Notes on meeting between ambassador Gordon and Sudene director Celso Furtado (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1137183/>. p. 4.

44 Notes on meeting between ambassador Gordon and Sudene director Celso Furtado (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1137183/>. p. 5.

tinha profundo conhecimento dessas relações, sua atitude de defender um novo acordo para o Nordeste, que poderia ser lida como irrealista há dois meses do golpe, demonstra convicção no diálogo, na necessidade urgente do Nordeste, bem como nas poucas saídas que restavam para a Sudene.

Em correspondências entre John Dieffenderfer e Furtado trocadas em junho e julho de 1963 (Furtado, 2019, p. 283-285), já era possível identificar sua sobre a Aliança e sua defesa do multilateralismo. O diretor da Usaid solicita “apoio” de Furtado e da Sudene para “explicar ao público no Nordeste a verdadeira natureza da Aliança, como um programa mútuo, cooperativo, multilateral e hemisférico que pertence a cada República americana que assinou a Carta de Punta del Este”. Dieffenderfer advoga que era um equívoco abordar a Aliança como um projeto exclusivamente norte-americano: “Notamos uma relutância por parte da Sudene em identificar seus programas com a Aliança, e ocasionalmente funcionários da Sudene disseram que consideram a Aliança estritamente um programa de ajuda americano que coopera com o esforço da Sudene”. Furtado contesta e realiza a defesa do multilateralismo da Carta de Punta del Este, apontando que a imagem da Aliança não seria distinta da realidade: a Sudene tem uma política de desenvolvimento, com programas aprovados pelo Congresso Nacional e “alguns dos projetos que integram esses programas merecem a aprovação da Usaid e recebem cooperação financeira e técnica bilateral”, ou seja, a contribuição da Usaid e da Aliança ainda era escassa diante dos projetos da Sudene.

A partir do golpe em abril de 1964, o tratamento dado a Furtado demonstra a dupla consideração das autoridades norte-americanas: de um político com uma sombra permanente do comunismo, e, ao mesmo tempo, de compreensão das redes intelectuais e de apoio internacional que ele mobilizava, o que lhe conferia um trato distinto em relação aos outros cassados pela ditadura. O destino de Furtado no exílio e a repercussão internacional negativa da cassação dos seus direitos políticos foram os temas tratados com altíssimo interesse por parte dos governos norte-americano e brasileiro.

Os fatos ocorridos com Furtado nos dias que se seguiram ao golpe foram descritos com muita atenção pelos norte-americanos. Foi registrada<sup>45</sup> por Gordon a substituição de Furtado na Sudene pelo general Expedito Sampaio, descrito como “conservador, muito amigável com os EUA”. Em descrição<sup>46</sup> de Rowell, em

---

45 Gordon, Lincoln. Situation report as of 1800 April 6, 1964 (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:668022/>.

46 Rowell, Edward J. Celso Furtado departed Recife by air today for Rio (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1137794/>.

7 de abril, informa que Furtado partiu de avião do Recife para o Rio, que “ele não está preso e não esteve detido ou preso”, mas que foi vigiado no decorrer dos dias, fato confirmado pelo próprio Furtado em reunião com Dieffenderfer. Havia uma preocupação adicional por ele ser representante no Ciap. Conforme documento emitido por Dean Rusk, secretário de estado americano:

6 de abril, 21h

Ação Prioridade Rio 1343 Recife 126

Carlos Sanz de Santa Maria, presidente do Ciap, ligou para o departamento dizendo ter ouvido boatos de que Celso Furtado estava preso em Recife. Solicita nossa ajuda na determinação dos fatos e afirma que, se o boato for verdadeiro, o Ciap, como organização internacional, gostaria de fazer o que pudesse para ajudar Furtado tendo em vista sua associação com o Ciap. Também deseja nossa ajuda.

Solicito que você verifique o status [de] Furtado. Agradeceríamos as recomendações da ConGen e da embaixada sobre se seria aconselhável ou produtivo tomarmos alguma ação sobre este assunto.<sup>47</sup>

O “boato” sobre a prisão de Furtado mobilizou um questionamento exclusivo do secretário de estado americano para o consulado em Recife. Após a publicação do Ato Institucional n. 1, em 9 de abril de 1964, a preocupação do Departamento de Estado americano era saber no que consistia o cancelamento de mandatos e a suspensão dos direitos políticos. O subsecretário de estado americano, George W. Ball, questionou<sup>48</sup> a embaixada americana no Rio de Janeiro se essa suspensão estava “limitada ao direito de voto e exercício de cargos eletivos”. Outro pedido foi realizado: “Apreciaria também a avaliação atual de Celso Furtado e a base para ação contra ele, tendo em vista a reação de alguns setores à suspensão de seus direitos políticos”.

Na primeira reunião privada<sup>49</sup> realizada entre Gordon e o presidente Castelo Branco recém-empossado, que ocorreu no dia 16 de abril de 1964 (com registro em 20 de abril), Furtado foi o único caso de um político, entre os que

---

47 Rowell, Edward J. Celso Furtado Departed Recife by Air Today for Rio (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1137794/>. p. 2.

48 United States. Department of State. Requesting further clarification on cancellation mandates and suspension of political rights (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:680250/>.

49 Gordon, Lincoln. Lincoln Gordon's first private talk with president Castelo Branco" (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:677982/>.

tiveram seus direitos cassados no Ato Institucional n. 1, a ser tratado de forma específica e individualizada nesta reunião. Após Gordon, inicialmente, parabenizar Castelo Branco pela “Revolução de Abril” e ver como um ponto de virada na América Latina, o segundo tema da reunião foi o caso Furtado.<sup>50</sup> O presidente Castelo Branco apresenta sua compreensão da reação favorável da imprensa norte-americana ao seu discurso e a preocupação dos Estados Unidos com “possíveis excessos revolucionários”. Ele aponta para o entendimento de “que a retirada de direitos políticos de Celso Furtado foi especialmente mal-recebida”. Gordon responde que o “caso de Furtado era especialmente sensível em vista ao seu reconhecimento internacional”, associado à sua participação no Ciap e ao convite de uma universidade norte-americana para ser professor visitante. “O presidente disse que entende que Furtado tinha nomeado muitos comunistas para a Sudene, o que reconheci, mas depois expliquei com alguns motivos detalhados nossa própria avaliação de Furtado”.

Furtado despertava interesse internacional e o destino da Sudene e das políticas no Nordeste era questão fundamental da Guerra Fria para os norte-americanos e para a estabilidade do movimento golpista de 1964, elementos verificados nas preocupações do presidente Castelo Branco e de Gordon. O caso Furtado foi tratado em reunião,<sup>51</sup> realizada no mesmo dia, entre Gordon e o ministro da Justiça Milton Campos. Após questionamentos de Gordon sobre a suspensão de direitos e os excessos, a descrição torna explícita a preocupação de ambos com Furtado:

3. Tivemos então uma longa discussão do caso Celso Furtado, na qual dei-lhe apreciação completa da nossa própria avaliação do Celso, das nossas experiências com ele na Sudene, e motivos da repercussão internacional desfavorável da sua perda de direitos políticos. Campos me agradeceu calorosamente por esta apresentação, disse que o governo estava pensando em algum procedimento de revisão, e ele faria questão de explorar possíveis formas e meios de revisar rapidamente o caso Furtado.

A avaliação de Gordon sobre a repercussão desfavorável da perda de direitos de Furtado levou o governo brasileiro, através de Campos, a acenar para possível revisão do caso. Concomitante à preocupação com os direitos políticos de Furtado, outra possibilidade de destino foi monitorada, a de atuar como

---

<sup>50</sup> Gordon, Lincoln. “Lincoln Gordon’s first private talk with president Castelo Branco” (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:677982/>. p. 3.

<sup>51</sup> Gordon, Lincoln. “Political affairs after Brazilian military coup (1964)”. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:678007/>.

professor visitante em uma universidade estadunidense. Em telegrama<sup>52</sup> emitido por Rowell, em 8 de abril, consta: “Na conversa pós-golpe com Dieffenderfer e [Arthur F.] Byrnes, Furtado manifestou interesse não imediato em ensinar desenvolvimento econômico na American University”. Em telegrama<sup>53</sup> do Departamento de Estado, emitido por Ball para a embaixada americana no Rio de Janeiro, é informado que o economista americano “Emile Despres aconselhou [Hollis B.] Chenery”, da Stanford University, a oferecer a Furtado o posto de professor visitante, e questiona: “Parece que isso pode apresentar problemas, a menos que o governo acerte ou impeça a saída. Agradeceríamos sua opinião”.

A intervenção do Departamento de Estado norte-americano no destino de Furtado é explícita, e se realizou sobre os convites de Stanford e da Columbia University. Em outro telegrama,<sup>54</sup> o departamento informa o interesse de Columbia, do Departamento de Economia, em ter Furtado como professor visitante, e em recrutar Gordon como “intermediário”. O telegrama diz que “eles [Columbia University] suspenderão qualquer ação até que os informemos sobre as opiniões da embaixada” e afirma aguardar resposta da embaixada do Rio de Janeiro. Os convites de Stanford e Columbia a Furtado passaram pelo crivo da embaixada do Rio de Janeiro, e Gordon realizou<sup>55</sup> a sua avaliação política sobre Furtado e as consequências dos convites:

2. Mesmo após extenso contato com Furtado não temos certeza de que cheguemos às raízes de seu pensamento, já que como pessoa ele é o que os brasileiros chamam de “fechado”. Duvidamos que ele tenha sido comunista desde meados da década de 1950 no sentido comum da palavra, e orientado por bloco, e acreditamos que ele é ambicioso, idealista que ainda pensa em categorias marxistas, embora a tendência esteja longe da ortodoxia marxista.

3. Fonte que afirma algum conhecimento das deliberações sobre o caso Furtado diz que Furtado foi escolhido com o motivo de que muitos comunistas e pró-comunistas foram nomeados para órgãos governamentais sob sua influência. Claro que isso é verdadeiro, mas acreditamos que não justifica as ações tomadas contra ele.

---

52 Edward J. Rowell. Removal of communist personnel from Sudene (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1137172/>.

53 United States, Department of State. Stanford University considering to offer visiting professorship to Celso Furtado (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:680244/>.

54 United States, Department of State. Columbia University extends visiting professorship invitation to Celso Furtado (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:680239/>.

55 Amembassy Rio de Janeiro. Suspension of “political rights” and Celso Furtado (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:680224/>.

4. Pensamos que a nomeação de Furtado para professor visitante nos EUA neste momento pode ser mal-recebida [“taken amiss”] pelo novo governo brasileiro. Sugere que Chenery aguarde discretamente a ação por algumas semanas em qualquer caso. Planejo ver o ministro da Justiça amanhã e citar o caso Furtado como um sobre o qual houve muitos comentários adversos no exterior, bem como exortar a instituição de processo de revisão para casos de direitos políticos e congressionais. Entretanto, peço veementemente ao governo dos EUA que se abstenha de fazer quaisquer comentários públicos que o novo governo possa interpretar como crítica.

A posição de Gordon era de dubiedade em relação a Furtado: ele o afastava da “ortodoxia marxista”, apesar de ainda considerar que Furtado pensava em categorias marxistas e abrigou comunistas na Sudene. Gordon acreditava que não se justificavam as ações de cassação tomadas contra Furtado. Ele sugere um mal-estar em relação à nomeação de Furtado como professor visitante e pede que Chenery, de Stanford, aguarde as ações tomadas. Em telegrama de Dean Rusk, o Departamento de Estado norte-americano informou<sup>56</sup> a embaixada do Rio de Janeiro que Stanford e Columbia, universidades que tinham aceitado adiar o convite de professor visitante a Furtado, teriam mudado de posição novamente, pois a Yale University havia telegrafado para Furtado. Efetivamente, entre 1964 e 1965, Furtado teria sua estada em New Haven, Connecticut. Em informe<sup>57</sup> do consulado americano em Recife, de 20 de maio de 1964, consta a confirmação por assessoria de imprensa brasileira que Furtado lecionaria em Yale: “É um certo aborrecimento [*annoyance*] que Furtado, privado dos seus direitos civis durante dez anos pelo comando revolucionário, receba tal ‘recompensa’ dos Estados Unidos”.

---

56 United States, Department of State. Stanford University, Columbia University, and Yale University offer Celso Furtado visiting professorship (1964). Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:680198/>.

57 Weekly summary n. 43 (1964). Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:329360/>.

## Considerações finais

O passaporte diplomático de Furtado, por ser representante do Ciap, foi o que permitiu sua saída do país, primeiro a Buenos Aires e depois a Santiago. De forma testemunhal, Furtado (2014, p. 393) descreve: “Devo ter sido o único indivíduo privado de direitos a sair de seu país com a cobertura de um passaporte diplomático”. Seu argumento para que não o destituíssem de suas funções ligadas ao governo brasileiro diante do golpe foi o fato de ser representante de dois outros países no Ciap, “de um mandato internacional que o governo brasileiro deve respeitar”. A permanência como representante do comitê internacional se manteve nos dias que se seguiram ao golpe e, ao que parece, não houve nenhuma movimentação dos norte-americanos solicitando a suspensão da representação exercida por Furtado, mas sim preocupação com a possível repercussão de um representante do Ciap ser preso e impedido de sair do país.

Para os militares que cassaram os direitos políticos de Furtado, como para o cônsul americano, a ida para Yale era vista como uma possível recompensa. Não obstante, o ato adicional n. 1 deu início ao longo exílio de vinte anos que o afastou da vida pública brasileira. A preocupação com o “caso Furtado” demonstrada por Gordon e Rusk, diante da repercussão internacional negativa da sua perda de direitos, ilustra o perfil das relações institucionais existentes entre Brasil e Estados Unidos no período, das relações internacionais estabelecidas a partir do golpe de 1964, como também atravessa a dimensão da vida privada de Furtado, dos seus enredos pessoais e dos percursos futuros de sua produção intelectual.

Os documentos selecionados neste artigo, que trata da trajetória de Furtado como estadista e possivelmente um dos mais importantes representantes do governo brasileiro nos anos que antecedem o golpe militar de 1964, revelam a posição dos Estados Unidos sobre o Nordeste, a Sudene e o Plano Trienal; mostram a difícil equação existente entre os projetos de desenvolvimento nacional para o Brasil e os interesses da Aliança e dos Estados Unidos em torno da “segurança internacional” no período da Guerra Fria; desvelam os instrumentos usados pelos representantes do governo norte-americano na observação e descrição da vida privada de brasileiros, do monitoramento das ações e dos destinos de Furtado não somente como representante do governo brasileiro, inclusive durante seu exílio.

## Arquivos e bibliotecas

Freedom of Information Act (Foia), Central Intelligence Agency, Washington, D.C., Estados Unidos.  
John F. Kennedy Presidential Library and Museum (JFKL), Boston, MA, Estados Unidos.  
National Archives and Records Administration (Nara), College Park, MD, Estados Unidos.  
Office of the Historian, Foreign Service Institute, United States Department of State, Washington, D.C., Estados Unidos.

## Referências

- ARAÚJO, Tânia Bacelar. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2000.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- BARBOZA, Darlan. *Fé, carisma e virtú: a trajetória de Celso Furtado, a criação da Sudene e a estruturação do campo científico no Nordeste brasileiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- BARBOZA, Darlan; RIBAS, Elisabete. *Volta às fontes batismais: Celso Furtado e a profecia da Sudene*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 78, 2021, p. 274-301.
- BOIANOVSKY, Mauro; MONASTÉRIO, Leonardo. *O encontro entre Douglass North e Celso Furtado em 1961: visões alternativas sobre a economia nordestina*. *Texto para discussão*. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- BOIANOVSKY, Mauro. *A formação política do Brasil segundo Furtado*. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 2, p. 198-211, 2014.
- CEPÊDA, Vera. *O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia*. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio (org.) *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. *O processo de criação da Sudene*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- D'AGUIAR, Rosa Freire. *Celso Furtado e a Aliança para o Progresso*. *Cadernos do desenvolvimento*, v.14, n. 25, 2019.
- D'AGUIAR, Rosa Freire. *A batalha da Sudene*. In: FURTADO, Celso. *O Nordeste e a saga da Sudene, 1958-1964*. Arquivo Celso Furtado 3. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *Questão de Cuba: a política externa independente e a Crise dos Mísseis*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- DOMÍNGUEZ AVILA, Carlos Federico. *Jânio Quadros, a questão cubana e a Guerra Fria latino-americana, 1961: testando os limites da política externa independente*. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 39, v. 79, jan./abr. 2023.
- FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. *O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FURTADO, Celso. *Diários intermitentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- FURTADO, Celso. *O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento Celso Furtado*. Arquivo Celso Furtado 4. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- FURTADO, Celso. *O golpe de 1964 e o Nordeste*. In: BARRETO, Tulio Velho; FERREIRA, Laurindo Ferreira (org.) *Na trilha do golpe: 1964 revisitado*. Recife: Editora Massangana, 2004.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

- FURTADO, Celso. Discurso pronunciado pelo senhor doutor Celso Furtado, chefe de delegação do Brasil, na quarta sessão plenária, realizada na tarde de 24 de outubro de 1962. *Organização dos Estados Americanos*. Conselho Interamericano Econômico e Social. Instituto de Estudos Brasileiros, CF-Tex-072.
- IORIS, Rafael. A tale of missed opportunities: the Cold War in Brazil. *History Compass*, 2024.
- LEACOCK, Ruth. *Requiem for revolution*. Kent: The Kent State University Press, 1990.
- LIMA, Marcos Costa. O Conselho Deliberativo da Sudene. In: FURTADO, Celso. *O Nordeste e a saga da Sudene, 1958-1964*. Arquivos Celso Furtado 3. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- LOUREIRO, Felipe. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- MORAES, Reginaldo. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal*. São Paulo: Ática, 1995.
- NORTH, Douglass. *Memoranda*. Douglass North Papers. David M. Rubenstein Library; Duke University, 1961.
- OLIVEIRA, Francisco. *Noiva da Revolução: elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco. *Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro*. In: OLIVEIRA, Francisco. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PINTO, Gustavo L. H.; GUMIERO, Rafael G. Auge y declive de las relaciones entre la Sudene y la “Alianza para el Progreso”. *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, n. 120, p. 73-94, 2018.
- REZENDE, Maria José. Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 26, n. 2, p. 239-250, 2004.
- ROETT, Riordan. *The politics of foreign aid*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1986.
- ROSA, Lilian D. Celso Furtado, o golpe de 1964 e a ditadura militar. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 81, p. 63-83, 2022.
- SAES, Alexandre; LOUREIRO, Felipe. What developing countries’ past energy policies can tell us about energy issues today? Lessons from the expropriation of American Foreign and Power in Brazil (1959-1965). *Utilities Policy*, n. 29, p. 36-43, 2014.
- SANTIAGO, Vandek. *Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964*. Recife: Cepe, 2016.
- VIEIRA, Rosa Maria. *Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: Educ, 2007.

---

Recebido em 7/4/2024

Aprovado em 5/8/2024